Ar01-18

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
CEIOP
N.º Único 604031
Entrada/Saída n.º 351
Data 15/6/2018

Henrique Neto
Avenida do Colégio Militar 19, 8ª esq.
1500-179 Lisboa

Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Exmo. Senhor Dr. Helder Amaral
Presidente da Comissão de Economia, Inovação e
Obras Públicas da Assembleia da República

Um grupo de cidadãos portugueses preocupados com a situação da Ferrovia em Portugal, publicaram um Manifesto "Uma Ilha Ferroviária" e organizaram uma Conferência sobre o assunto na Ordem dos Engenheiros, com uma intervenção do Senhor Ministro do Planeamento e o encerramento pelo Senhor Presidente da República.

Mais recentemente, encontrámo-nos com a Comissária Violeta Bulc durante a sua visita a Lisboa e tivemos uma reunião em Bruxelas com o vice-chefe de gabinete da Comissária e um seu assistente técnico, tendo tido a oportunidade de dar nota das nossas preocupações e fornecido alguma documentação pertinente.

Do nosso ponto de vista, o Governo está a cometer um grave erro estratégico ao programar a "modernização" de algumas linhas em bitola ibérica, nomeadamente em direcção à fronteira, sabendo-se que a Espanha, do seu lado, está a fazer enormes investimentos em bitola europeia.

Foi entretanto anunciado que a União Europeia aprovou a ligação à Galiza do Corredor Atlântico, que compreende uma linha de Aveiro a Salamanca,, já em construção ao longo da fronteira portuguesa, com a consequência óbvia de em vez de serem as pessoas e a economia da Galiza a dependerem da região Norte de Portugal, nomeadamente do aeroporto Sá Carneiro, através de uma Linha Porto Vigo, será toda a região Norte de Portugal, do Porto a Bragança, que ficará dependente do transporte ferroviário da Galiza.

Acresce que as autoridades espanholas compreendendo a inacção de Portugal neste domínio, criaram centros logísticos ao longo da fronteira portuguesa - Vigo, Salamanca e Badajoz -com o claro objectivo de serem as empresas espanholas a fazer o transporte das exportações portuguesas para os nossos principais mercados europeus.

Por outro lado, sendo previsível que no próximo futuro surjam dificuldades acrescidas no atravessamento dos países do centro da Europa por camiões de mercadorias, seja por razões ambientais, energéticas e de custo, seja por força das taxas previstas, a economia portuguesa sofrerá, se nada for feito no futuro próximo, prejuízos muito significativos.

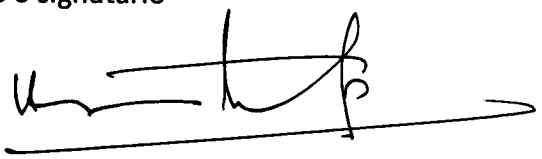
Finalmente, como as empresas europeias de transporte ferroviário, que resultarão da liberalização em curso, não poderão concorrer no mercado português devido à diferença de bitola, a empresa MEDWAY terá um monopólio no mercado nacional com os previsíveis custos para as empresas. Que, aliás, já reclamam da subida dos preços.

Por todas estas razões, consideramos essencial sermos recebidos na Comissão de Economia, no sentido de explicar aos diferentes partidos presentes na Comissão os prejuízos que resultarão para a economia portuguesa e fornecer a documentação pertinente, nomeadamente uma posição da CIP sobre o assunto.

Na expectativa de que esta nossa pretensão seja aceite, dada a sua importância para o futuro da economia portuguesa,

Com os nossos cumprimentos

Engenheiro Luís Silva
Engenheiro Fernando Santos e Silva
Engenheiro Fernando Mendes
e o signatário



Henrique Neto

(santos.silva45@hotmail.com)
(henriquejosesousaneto@gmail.com)